

Educação movimentou US\$ 7 bi em SP

GAZETA MERCANTIL

16 ABR 1992

Para pesquisador, municípios investem pouco, apesar da elevação dos repasses federais

por Fátima Laranjeira
de São Paulo

Uma das mais importantes áreas de investimentos sociais e base para o desenvolvimento do País, a educação movimentou anualmente, apenas no estado de São Paulo, quantia próxima a US\$ 7 bilhões, em seus diversos níveis nos setores público e privado. Essa é uma das principais constatações da tese "Uma Avaliação do Financiamento da Educação - o Estado de São Paulo de 1988 a 1992", recentemente defendida pelo professor Renaldo Antônio Gonçalves na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). "O valor é bastante elevado e similar ao do tamanho oficial do mercado de informática no Brasil", lembra.

Esse montante, estima Gonçalves, pode chegar aos US\$ 18,5 bilhões para todo o País, com base no cálculo que o estado de São Paulo representa 40% do Produto Interno Bruto (PIB). O trabalho do pesquisador conclui ainda que, apesar de os municípios terem sido muito beneficiados pela Constituição de 1988 com a elevação dos recursos repassados pela União, os objetivos da municipalização não foram realizados. Isso porque não houve a contrapartida em serviços para a comunidade.

Economista e consultor especializado em medir o tamanho de mercados, Gonçalves usou essas técnicas para dar dimensão aos recursos movimentados pela educação. Para estimar o montante envolvido no setor educacional paulista, ele se valeu dos Orçamentos do estado, municípios e dos balanços de instituições educacionais, além do "Perfil Municipal" da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

A conclusão foi que, dos US\$ 6,7 bilhões gastos em 1992 em São Paulo, nada menos do que 50,7% foram bancados pelo governo estadual. Os municípios contribuíram

apenas com 21,7%, menos do que o assumido pelos próprios alunos, 25,5%. O governo federal contribuiu com somente 2,11%, principalmente através de poucas escolas superiores e técnicas existentes em São Paulo, já que a educação básica não é sua responsabilidade, mas atribuição de estados e municípios.

"Há uma grande desproporção entre os valores investidos pelos diversos níveis da administração, o que revela o paradoxo que vivemos desde a Constituição de 1988", diz Gonçalves, que é professor de Métodos Quantitativos da PUC-SP e da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap). Ele lembra que o objetivo da nova Carta era municipalizar os serviços públicos, mas atualmente a divisão entre os níveis que fornecem a educação pública permanece praticamente inalterada. "Isso com o agravante que nos últimos nove anos os municípios têm muito mais dinheiro", lembra.

Utilizando os recursos financeiros que os municípios deveriam colocar à disposição da educação - pela determinação legal de aplicar 25% das receitas -, Gonçalves mediu a capacidade de absorção de alunos do ensino fundamental nos municípios mais populosos do estado. Para isso, o pesquisador pegou a receita tributária das cidades e as



Renaldo Antônio Gonçalves

transferências realizadas pela Secretaria Estadual de Educação e estimou gastos de US\$ 500 per capita ao ano com manutenção e custeio de alunos. Ele concluiu que a cidade de Paulínia, por exemplo, teria condições de expandir a rede de ensino em 142,58% em relação à oferta total e Cubatão, 59,10% (veja quadro nesta página).

Dessa forma, Gonçalves conseguiu medir os municípios que efetivamente investem em educação. "É preciso que os investimentos em ensino básico cresçam, porque há verbas para isso e mesmo em São Paulo, que é um dos estados com melhores indicadores, 10% das crianças entre 7 e 14 anos estão fora das

escolas", afirma. Ele critica o que chama de "responsabilização e papéis difusos" deixados pela Constituição ao determinar que a educação é papel do estado e dos municípios. "A estrutura financeira também não está clara, o que cria uma armadilha, porque os municípios não assumiram sua função", diz.

O professor acredita que os indicadores poderão começar a melhorar a partir do próximo ano, quando entrará em funcionamento o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (veja reportagem nessa página). "É papel do governo estadual municipalizar onde há condições econômicas, financeiras e físicas para isso e investir apenas onde elas não existam", afirma.

Os prefeitos precisam entender que a educação é uma forma de atrair novos investimentos, diz Gonçalves, citando São José dos Campos, onde um núcleo educacional, com destaque para o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), atraiu inúmeras empresas, resultando em desenvolvimento e prosperidade para a cidade. "Infelizmente isso não é visto com clareza pelos prefeitos, que muitas vezes acreditam que as obras dão mais visibilidade às administrações, sem grandes custos de manutenção, como a educação".

Editoria de Arte/Gazeta Mercantil

Financiamento da educação no Estado de São Paulo

(Em US\$ mil - 1992)

Usos Fontes	Educação pré-escolar	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Total
Governo federal	-	34.767	7.875	101.013	143.655
Governo estadual	2.935	1.774.348	179.508	1.468.782	3.425.573
Municípios	671.349	709.494	25.059	56.628	1.462.530
Próprio alunado	93.930	715.634	358.078	556.821	1.724.463
Total	768.214	3.234.243	570.520	2.183.244	6.756.222

Fonte: "Uma avaliação do Financiamento da Educação".